

Por um outro amanhã: as mobilizações de Antonieta de Barros na imprensa (República 1931-1934)

*For a different tomorrow: Antonieta de Barros’
mobilizations in the press
(República 1931-1934)*

Kayane do Nascimento Pinho¹

Universidade Federal de Sergipe

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5005-3184>

Jorge Luiz Zaluski²

Universidade Federal de Sergipe

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0795-263X>

DOI: <https://doi.org/10.25032/crh.v12i23.2569>

Enviado: 25/4/2025

Aceptado: 8/6/2026

Resumo: Este texto tem como objetivo identificar e refletir sobre as publicações da professora, escritora e política Antonieta de Barros, divulgadas no jornal catarinense *República*, entre os anos de 1931 e 1934. Antonieta de Barros destaca-se por ser a primeira mulher negra a ocupar o cargo de deputada no Estado de Santa Catarina, Brasil. Além de sua atuação no legislativo, sobressaem importantes ações como professora e escritora, dentre as quais se destacam suas crônicas publicadas no jornal mencionado. As reflexões de Antonieta de Barros são oportunas para observarmos parte de suas provocações ao contexto da época, seus incômodos com o patriarcado e o racismo que sustentavam desigualdades

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8907472864863389> E-mail: kayanepinho@gmail.com

² Doutor em História do Tempo Presente pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), professor do departamento de História, do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6749402096791048> E-mail: jzaluski@academico.ufs.br

sociais, especialmente para mulheres negras. Em conjunto com esses apontamentos, a escritora reivindica que mais mulheres tenham acesso ao ensino escolar, considerando-o um dos caminhos para oportunizar melhores condições para as mulheres.

Palavras-chave: impressos, política, educação, *República*.

Abstract: This text aims to identify and reflect on the publications of professor, writer, and politician Antonieta de Barros, published in the Santa Catarina newspaper *República* between 1931 and 1934. Antonieta de Barros stands out as the first Black woman to hold the office of state deputy in Santa Catarina, Brazil. In addition to her role in the legislature, she carried out important work as a teacher and writer, including her noteworthy chronicles published in the aforementioned newspaper. Antonieta de Barros reflections offer valuable insights into the issues of her time, revealing her discomfort with the patriarchy and racism that upheld social inequalities, particularly for Black women. Alongside these critiques, the writer advocates for greater access to education for women, seeing it as a crucial pathway to improving their social conditions.

Keywords: journal, politics, education, *República*.

Resumen: Este texto tiene como objetivo identificar y reflexionar sobre las publicaciones de la profesora, escritora y política Antonieta de Barros, difundidas en el periódico catarinense *República* entre los años 1931 y 1934. Antonieta de Barros se destaca por ser la primera mujer negra en ocupar el cargo de diputada en el estado de Santa Catarina, Brasil. Además de su actuación en el ámbito legislativo, sobresalen importantes acciones como profesora y escritora, entre las cuales se destacan sus crónicas publicadas en el periódico mencionado. Las reflexiones de Antonieta de Barros son oportunas para observar parte de sus provocaciones al contexto de la época, su incomodidad con el patriarcado y el racismo que sostenían desigualdades sociales, especialmente para las mujeres negras. Junto con estas observaciones, la escritora reivindica que más mujeres tengan acceso a la educación escolar, considerándola uno de los caminos para mejorar las condiciones de vida de las mujeres.

Palabras clave: impresos, política, educación, *República*.

1. Introdução

Com a eleição para a Presidência da República, realizada em março de 1930, o então candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas (1882-1954), foi derrotado. Embora alguns aliancistas reconhecessem a derrota, outros, inconformados com o resultado, articularam uma conspiração para chegar ao poder. Denominado pela historiografia como a “Revolução de 30” (Fausto 1997), o movimento revolucionário, cujos preparativos ficaram sob a responsabilidade de tenentes e de um grupo de civis, resultou na retirada da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder, culminando na eclosão em outubro do mesmo ano. Finalmente, em 3 de novembro de 1930, Vargas assumiu o Governo Provisório (1930-1934), inaugurando, assim, “uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês” (De Mendonça 507). Disposto a promover uma radical intervenção política, como nos sinalizam Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2018), as intenções do governante foram muito além de uma troca de vestimenta, da farda para o terno e gravata, revelando um projeto político que, a longo prazo, intensificou progressivamente o autoritarismo. Como destacam as autoras, “para institucionalizar a nova ordem, seria preciso transformar o sistema político e consolidar um amplo programa de reformas sociais, administrativas e política” (362), e assim o fez.

Durante os anos de 1930 a 1945, período do primeiro governo de Vargas, “o Estado brasileiro avançou seu processo de constituição enquanto Estado nacional e capitalista, inscrevendo na materialidade de sua ossatura – pela multiplicação de órgãos e instituições – os diversos interesses sociais em jogo, metamorfoseados em interesses nacionais” (De Mendonça 492). Como nos indicam Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2022), os impactos culturais, políticos e econômicos demarcam que, “o resultado da Revolução de 1930, mais do que propostas do movimento em si, é que transformou 1930 em um marco importante” (395), repleta de avanços, desafios

e contradições, faz-se necessário identificar e compreender os efeitos, adesões, negociações e distanciamentos de tais ações constituídas a partir desse processo.

Convencionalmente caracterizado pela centralização do poder, o regime conferia ao Executivo o comando das políticas econômica e social, além do controle dos aparelhos coercitivo-repressivos. Entrou em vigor, nesse contexto, o projeto de industrialização, a partir da implantação de um núcleo de indústrias de base, promulgação de decretos e leis de proteção ao trabalhador, bem como a adoção do sufrágio feminino, direto e secreto. Também se destaca a criação de organismos responsáveis pela construção da nacionalidade, ou seja, órgãos formadores da opinião pública sobre o novo governo, além da formulação de políticas educacionais voltadas à padronização de conteúdos pedagógicos, currículos e livros didáticos em nível nacional.

É importante destacar que, a partir da década de 1930, as reformas educacionais implementadas durante o governo Vargas contribuíram para ampliar a institucionalização do ensino. Além disso, ao contribuir para forjar uma nova concepção de infância, permitiram maior acesso à educação pelas classes populares. Contudo, mesmo com o ingresso de meninas no sistema educacional, distinções implícitas de gênero marcaram as propostas educacionais vinculadas ao projeto de nação da época (Zaluski 2016, 2021).

Entre os aspectos político-institucionais característicos do regime varguista, destaca-se que “as primeiras medidas adotadas durante o Governo Provisório foram intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações dos setores tenentistas” (Pandolfi 16). Observa-se, de imediato, a criação das interventorias, mecanismo importante para o controle das estruturas políticas regionais, nas quais se nomeava um interventor subordinado diretamente ao presidente da República. Como indica Carlos Humberto Corrêa (1984), particularmente, no estado de Santa Catarina, o então governador Fúlvio Aducci (1884-1955), do Partido Republicano Catarinense, que havia apoiado a candidatura de Júlio Prestes de Albuquerque (1882-1946) e Vital Henrique Batista Soares (1874-1933), foi destituído do cargo, sendo nomeado o general Ptolomeu de Assis Brasil (1876-1935), sucedido por seu irmão Rui Zobarán (1889-1954) e, posteriormente, por Aristiliano Ramos (1888-1976). Por fim, com

a Constituição de 1934, instituíram-se eleições indiretas no país, contexto no qual, em Santa Catarina, Nereu Ramos foi eleito governador pela Assembleia Legislativa em 1935, permanecendo no poder até 1945, o que consolidou a ascensão da família Ramos no cenário político estadual.

João Henrique Zanelatto (2022), ao investigar e inventariar a imprensa catarinense na Segunda República, identificou 23 impressos que eram publicados em Florianópolis. Entre eles, destaca-se o *República*, cuja trajetória esteve vinculada ao ideário republicano desde sua fundação, em 1889. Sua longa circulação permite observar, ainda, as tensões provocadas pelas transformações políticas que marcaram os anos de 1930, encerrando suas atividades em 1937. Segundo o autor, em Santa Catarina existiam diversos jornais que “defendiam e difundiam os interesses de grupos político” (49). Contudo, a maioria dos impressos possuía curta duração, circulando geralmente em âmbito local e raramente alcançando todo o território catarinense. Ainda assim, mesmo com uma existência frequentemente efêmera, esses periódicos constituíam importantes espaços de debate político, pois, como observa o historiador, “nesses jornais, eram evidenciadas as conexões, disputas e tensões entre os vários grupos e forças que disputavam a hegemonia do poder político do estado” (49). Tais conflitos eram particularmente intensos, uma vez que “essas disputas eram extremamente acirradas, tendo em vista a vasta fragmentação étnica, econômica, geográfica e cultural que demarcava o estado” (49).

Diante da nova conjuntura política instituída na década de 1930 e do cenário da imprensa como mobilizadora das culturas políticas, insere-se a catarinense Antonieta de Barros (1901-1952), “uma personalidade fundamental na história da comunicação de Santa Catarina” (Romão 150), ao integrar o grupo de mulheres pioneiras na imprensa do estado. Desde 1923, passou a colaborar com jornais, atuando como colunista e diretora de periódicos. Antonieta, por vezes sob o pseudônimo de Maria da Ilha, conferiu à sua escrita uma função política e social ao ocupar e questionar “os espaços masculinos com narrativas femininas e, quando possível, feministas” (Romão 151).

A partir da década de 1930, Antonieta de Barros tornou-se colaboradora do jornal catarinense *República*, com sua coluna intitulada Farrapos de Ideias, um “veículo importante na construção de novos sentidos durante a formação de

uma nova conjuntura política nacional e regional a partir da Revolução de 30” (Espíndola 107). O *República* foi fundado em 19 de novembro de 1889, sob a direção do jornalista e historiador José Artur Boiteux (1865-1934), tornando-se o primeiro jornal instituído em Santa Catarina após a Proclamação da República, tendo circulado até 1937. Enquanto “órgão oficial do Estado Republicano de Santa Catarina”, autodenominava-se como “intérprete fiel dos sentimentos da população catarinense” (Lunardi 97), sendo publicado diariamente e refletindo as disputas políticas da época, com circulação na capital e em outras regiões. Após o golpe de 1930, passou ao controle do Partido Liberal, que tinha entre seus representantes os interventores Aristiliano Ramos e Nereu Ramos.

Consoante as observações de Tania Regina de Luca (2010), compreende-se que o jornal *República* também era “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (118). Como fonte histórica, vale mencionar que, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, predominava uma tradição historiográfica associada ao ideal da busca pela verdade dos fatos, considerada atingível por meio de documentos vistos como “fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (112). Nesse contexto, relutava-se em utilizar jornais na escrita da História, por serem considerados inadequados à recuperação do passado, em razão de seu caráter permeado por interesses, compromissos e paixões, que forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas da realidade.

Contudo, com a terceira geração da *École des Annales*, a prática historiográfica passou por mudanças significativas nas últimas décadas do século XX, ao propor novos objetos de estudo, problemas e abordagens metodológicas. A partir dos anos 1970, a História total foi suplantada por uma História monográfica, centrada nas experiências de grupos e camadas sociais antes ignorados, inspirada pelo conceito de “história vista de baixo”, do historiador inglês Edward Thompson. Nesse contexto, a imprensa passou a ser considerada um importante objeto da pesquisa histórica, abandonando-se a ideia de um “mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (De Luca 118).

Diante desse movimento, compreendemos a imprensa tanto como mobilizadora de uma cultura política como articuladora desse processo. Como indica Angela de Castro Gomes (2007), analisá-la em diálogo com a cultura política permite “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seu próprio ponto de vista: percepções, vivências, sensibilidades” (47).

Diante do exposto, com um caráter filosófico e literário, as crônicas de Antonieta de Barros refletiam sobre a necessidade da emancipação feminina por meio do voto, do acesso à educação e ao mercado de trabalho como ferramentas de igualdade e justiça social. Contudo, embora compreendesse essas pautas como fundamentais para a superação do patriarcalismo, observa-se que seu discurso é permeado por certas ambiguidades. Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo identificar as crônicas produzidas pela intelectual e, a partir disso, analisar de que forma a catarinense utilizou seus escritos para questionar as normas e os estereótipos de gênero vigentes na época. Nesse sentido, compreendemos que o período analisado demarca a tensão entre concepções de gênero naturalizadas e socialmente aceitas com reivindicações e avanços que sinalizam pequenas rupturas com os modos convencionais de ser mulher.

Para tanto, a presente análise sustenta-se metodologicamente na análise dos impressos a partir dos estudos da cultura política, estudos de gênero e interseccionalidade. Nesse entendimento, apoia-se nos estudos de gênero enquanto ferramenta de análise histórica, conforme proposta por Joan Scott (1995). Com base nas reflexões da autora, compreende-se que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (86). Logo, enquanto categoria de análise histórica, o gênero permite compreender como os sistemas de poder que privilegiam os homens em detrimento das mulheres são historicamente construídos e perpetuados.

Nesse sentido, observar o jornal e a atuação de Antonieta de Barros permite compreender quais concepções sobre as mulheres estavam em circulação naquele contexto histórico e de que maneira eram reproduzidas ou questionadas no âmbito da imprensa. Uma vez que Antonieta atuava como articulista do periódico, sua escrita constitui um importante espaço de análise para identificar

tanto discursos que reforçavam concepções convencionais de gênero quanto posicionamentos que buscavam problematizá-las e ampliar os horizontes da atuação feminina.

Assim, ao compreendermos a escrita da catarinense como uma forma de tensionamento das estruturas sociais e de gênero de seu tempo, percebemos que a autora não apenas rompeu com concepções convencionais de feminilidade, como também promoveu aberturas no campo político ao ocupar espaços historicamente negados às mulheres. Desse modo, observar sua trajetória permite conferir maior visibilidade à sua história e compreender como as transformações históricas atuam de formas distintas sobre diferentes grupos de mulheres. Além disso, evidencia como essas dinâmicas são apropriadas, ressignificadas e reconfiguradas pelos sujeitos históricos, produzindo experiências e trajetórias múltiplas.

Diante desse entendimento, como nos adverte Berenice Bento (2022) ao refletir sobre se “Gênero: uma categoria útil de análise?” permanece uma questão pertinente aos tempos atuais, torna-se necessário pensar o gênero em articulação com outros marcadores sociais, como raça e classe, para compreender a atuação de Antonieta de Barros. Nessa perspectiva, a interseccionalidade destaca-se no pensamento feminista negro ao compreender que “as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas” (Collins e Bilge 16) e “produtoras de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelos seus entrecruzamentos” (Akotirene 14), influenciando suas experiências sociais. À vista disso, Antonieta, como mulher negra em uma sociedade patriarcal e racista, enfrentou um conjunto específico de desafios que marcaram sua trajetória intelectual e política. Nesse contexto, a perspectiva interseccional constitui uma ferramenta analítica privilegiada para compreender as articulações entre gênero, raça e classe que atravessaram sua trajetória, permitindo observar como a autora enfrentou múltiplas formas de opressão e, simultaneamente, elaborou estratégias discursivas que questionavam os limites socialmente impostos às mulheres.

Embora a categoria central de análise deste estudo seja o gênero, compreendido a partir das contribuições de Scott (1995), a perspectiva interseccional é mobilizada como forma de compreender as articulações entre

gênero, raça e classe que atravessaram a trajetória de Antonieta de Barros, sem perder de vista que o foco desta investigação recai sobre as representações e relações de gênero presentes em suas crônicas.

Por cultura política, compreendemos, tal como nos sinaliza o historiador Serge Bernstein (1988), um “grupo de representações, portadoras de normas e valores” (35). Nessa perspectiva, investigar sobre e a partir da imprensa, especialmente a escrita de uma mulher negra, permite identificar, refletir e compreender aspectos do contexto histórico, bem como perceber como, por meio dos enunciados impressos nos jornais, “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado e de seu futuro” (Bernstein 353). Assim, os enunciados presentes nos jornais analisados neste estudo possibilitam identificar disputas em torno do político enquanto espaço público e de poder, vinculadas à configuração dos partidos e tensionadas pelas múltiplas linguagens que os cercam. Nesse sentido, como adverte Bernstein (2003), é nesse campo que “se situa a mediação política” e, como assinala o autor, “é precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso” (61). À vista disso, Antonieta de Barros tensiona as normas vigentes por ser mulher, negra e de classe popular. Sua atuação como professora, escritora e deputada, além de representar um ato político de ocupação desses espaços, também desestabiliza uma cultura política em vigor, especialmente no âmbito dos partidos, ao mesmo tempo em que produz novos entendimentos capazes de redefinir os sentidos da própria cultura política.

Em vista disso, a abordagem fundamentada nos estudos de gênero, na interseccionalidade e na cultura política seguiu as orientações de De Luca (2010) acerca das possibilidades de mobilização da imprensa na investigação historiográfica. Com base nas contribuições da autora, o estudo levou em consideração a identificação das fontes, do período e do contexto de produção, sua localização nos acervos, suas características materiais, a organização do conteúdo, a funcionalidade estética do material, os grupos responsáveis pela publicação, o público ao qual se destinava, seus colaboradores e a problemática que orienta esta pesquisa, qual seja, a atuação política de uma escritora,

professora e deputada mulher e negra. Como assinala De Luca (2010), “a variedade da fonte imprensa é enorme e suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas” (141). À vista disso, selecionamos as crônicas produzidas por Antonieta de Barros como um dos caminhos para a compreensão da problemática proposta.

Destarte, a presente pesquisa debruça-se sobre suas crônicas escritas para o jornal *República*, adotando-as como objeto de estudo. Publicadas entre os anos de 1931 e 1934, as crônicas analisadas abrangem o período compreendido entre o início da colaboração de Antonieta de Barros no impresso e sua primeira eleição como deputada estadual de Santa Catarina (1935-1937), momento em que interrompe seus escritos. Portanto, é sobre esse recorte, as crônicas de 1931 a 1934, que se centra o presente trabalho. Ademais, suas crônicas eram utilizadas como manifestos políticos, nos quais demonstrava “concordância com a construção e a articulação política pelos direitos das mulheres, publicando sua posição de adesão, militando a seu modo e de acordo com suas crenças e convicções” (Romão 200).

Desse modo, a partir da identificação e da análise de edições do jornal *República*, destacam-se a seguir as fontes históricas que viabilizaram o desenvolvimento desta pesquisa, disponíveis no portal Hemeroteca Digital Catarinense:

Tabela 1. Publicações em prol dos direitos das mulheres e reflexões sobre normas e estereótipos de gênero

	Edição	Data Da Publicação	Conteúdo Principal
1	N.º 269 - Ano I	12 de setembro de 1931	Reflexão sobre a supremacia masculina.
2	N.º 417 - Ano II	06 de março de 1932	Crítica à literatura feminina.
3	N.º 423 - Ano II	13 de março de 1932	Crítica à inércia feminina.
4	N.º 526 - Ano II	17 de julho de 1932	Sufrágio feminino.
5	N.º 954 - Ano II	03 de setembro de 1933	Desigualdade de gênero na educação em Santa Catarina.
6	N.º 30 - Ano I	15 de abril de 1934	Emancipação feminina.

Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense. Org: Autores, 2025.

Vemos, portanto, que o presente estudo desenvolve-se no estado de Sergipe, enquanto as fontes históricas foram escritas e publicadas em Santa Catarina, evidenciando, assim, que sua viabilidade se deve à historiografia dos novos tempos, sintonizada com as características da Era Digital (Barros 2022), na qual as tecnologias da informação tornaram-se aliadas das pesquisas historiográficas, à medida que facilitam o acesso a um vasto acervo de informações e recursos, como documentos históricos, esses que, mediante o acesso à internet, podem ser acessados em qual localidade, ampliando as possibilidades de pesquisa. Segundo Anita Lucchesi (2014), “na transição do analógico para o digital, como muito antes a passagem da tradição oral para uma tradição alfabética, criam-se novas formas de expressar e dispersar informações. Emergem desse caldo novas formas de escrever e ler” (47). Nesse sentido, observa-se que a história digital contribuiu para democratizar a preservação e o acesso de fontes históricas, por meio da oportunidade em ampliar as investigações e possibilitar novas perspectivas de pesquisa.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar, à luz da categoria de gênero enquanto ferramenta de análise histórica, as principais temáticas relacionadas à condição da mulher na época, abordadas nas crônicas de Antonieta de Barros, com foco em questões como o direito ao voto, o acesso à educação e a inserção no mercado de trabalho. Além disso, busca-se discutir de que forma a escritora utiliza suas crônicas para questionar os estereótipos e as normas de gênero vigentes no período, refletindo, ainda, sobre as ambiguidades presentes em seu discurso, com base nos estudos de gênero. Acreditamos que este trabalho permite perceber como a escritora utilizou o espaço de privilégio que ocupava como jornalista no *República* para contribuir com a luta pelos direitos das mulheres e romper com uma estrutura social de opressão e controle, mesmo que sua escrita seja atravessada por certas ambivalências, dado o contexto da época.

Parte-se da hipótese de que, nas relações de gênero de seu tempo, as crônicas de Antonieta de Barros atuam como discursos que evocam a intervenção política e social, por meio do qual a autora questiona as desigualdades de gênero vigentes em seu tempo. Ou seja, utiliza-se dos meios de comunicação para expor suas reivindicações por ser mulher, negra e pobre. Sustenta-se, ainda, que esse

discurso não se constitui de forma homogênea, sendo atravessado por ambiguidades que sinalizam para as contradições entre ideias de emancipação e a permanência de valores normativos. Por fim, considera-se que essas tensões não se configuram incoerências, sendo antes expressões dos limites e das possibilidades de atuação de uma mulher negra intelectual inserida em um contexto histórico marcado por hierarquias de gênero, raça e classe.

Parte-se do entendimento de que os discursos de Antonieta de Barros foram produzidos em um contexto histórico específico e, portanto, devem ser analisados a partir das possibilidades e limites de seu tempo. Nesse sentido, as ambiguidades identificadas em suas crônicas não são compreendidas como incoerências individuais, mas como expressões das tensões entre projetos de transformação social e valores amplamente compartilhados na sociedade da época.

Para desenvolver a análise proposta, o artigo estrutura-se em duas etapas articuladas. Na primeira, discute-se a trajetória de Antonieta de Barros, situando sua atuação no campo educacional, intelectual e político. Na segunda, examinam-se as crônicas publicadas no jornal *República* entre 1931 e 1934, com o objetivo de identificar suas reivindicações em favor das mulheres, bem como as tensões e ambiguidades presentes em seus discursos sobre gênero.

2. A trajetória de Antonieta de Barros

Em 11 de julho de 1901, nasceu, em Florianópolis, Antonieta de Barros. Filha de Catarina Waltrick, que, assim como sua avó materna, Maria do Nascimento, foi uma mulher negra escravizada na cidade de Lages, em Santa Catarina, e de Rodolfo José de Barros. Antonieta foi uma intelectual negra que se interessou pelas letras ainda jovem, fazendo da educação “sua estratégia de sobrevivência e existência” (Romão 105).

Em 1912, aos 11 anos de idade, concluiu o segundo ano da *Escola Feminina* junto com sua irmã, Leonor de Barros (1903-1973), na capital florianopolitana. Anos mais tarde, em 1918, submeteu-se aos exames de admissão para a *Escola Normal Catarinense*, ingressando em fevereiro do mesmo ano. Enquanto normalista, Antonieta editou e dirigiu a revista *Buliçosa*, tornou-se cofundadora e presidente da primeira diretoria do *Centro Cívico das Normalistas*, uma

iniciativa de ativismo estudantil e, logo após formar-se pela *Escola Normal Catarinense*, em 1921, fundou com sua irmã o *Curso Primário Antonieta de Barros*, que funcionava em sua residência.

Entre os anos de 1923 e 1924, passou a escrever para periódicos como o *Jornal de Joinville*, *O Elegante* e a *Revista Panal*. Foi também cofundadora da *Liga do Magistério Catarinense (LMC)*, entidade representativa de docentes, assumindo o cargo de primeira secretária. Em 1925, passou a integrar a direção do *Centro Catarinense de Letras*, uma instituição literária fundada “a partir de uma disputa existente entre intelectuais oriundos das camadas populares, muitos deles negros, e a *Academia Catharinense de Letras*, que agregava a elite das letras do Estado” (Espíndola 58). Em 1929, estreou a epígrafe “*Farrapos de Ideias*” no jornal dos estudantes do *Instituto Politécnico*, intitulado “*Folha Acadêmica*”. Finalmente, em 1931, inaugurou sua coluna de mesmo nome no jornal *República*.

Em 1933, foi nomeada professora da *Escola Complementar Lauro Müller*, tornando-se titular das disciplinas de Português e Literatura. Um ano após a conquista do sufrágio feminino no Brasil, alistou-se como eleitora e, em 1934, lançou sua candidatura à *Assembleia Legislativa de Santa Catarina* pelo *Partido Liberal Catarinense (PLC)*, inserindo-se em um cenário político marcado por disputas intensas e por resistências à participação de mulheres. De tal maneira, disputou o processo com o enfrentamento a distintas situações em desvantagem para a época, dentre elas, ser mulher, negra e pobre, pois também não integrava os grupos políticos convencionais e elitistas da época. Logo, a atuação de Antonieta de Barros, desde seu processo de formação escolar, docente, escritora e de inserção no cenário político, demarca um processo de resistências as múltiplas limitações experienciadas na época. Assim, tanto insurge contra uma cultura política sustentada pela atuação de homens e brancos nesses espaços, como desmobiliza essa estrutura com uma pequena brecha sendo a primeira mulher negra a ocupar o espaço legislativo.

Diferentemente de uma narrativa linear que sugere acesso direto ao cargo, sua eleição deve ser compreendida à luz do processo eleitoral e das dinâmicas partidárias da época. Inicialmente, Antonieta ocupou a posição de primeira

suplente do *PLC*, alcançando a 18.^a colocação em um pleito no qual seu partido conquistara 17 cadeiras. Apenas após a apuração final dos votos, a interposição de recursos e mudanças na ocupação das cadeiras, dentre eles a saída do candidato eleito Leônidas Coelho para assumir o cargo de prefeito na cidade de Caçador, sua posição foi revista, passando a ocupar a 17.^a colocação, o que lhe garantiu a efetivação como deputada estadual. Esse percurso evidencia, portanto, que sua chegada ao parlamento não foi imediata, mas resultado de um processo marcado por disputas e mudanças políticas que vão muito além da conquista de votos, sendo essa parte importante, mas não único.

É válido, ainda, destacar que a inserção de Antonieta na chapa partidária tampouco pode ser compreendida como um movimento isolado ou casual. Sua candidatura esteve vinculada a um contexto mais amplo de mobilização feminina em Santa Catarina, no qual se destaca a figura de Ignez Rochadel de Oliveira, militante ligada ao *Partido Liberal Catarinense* e atuante na defesa do sufrágio feminino. Nessa conjuntura, a criação de comitês femininos, como o de Itajaí em 1929, e a atuação de mulheres no interior do partido foram fundamentais para a construção de um ambiente político que possibilitasse a indicação de uma candidatura feminina em 1934.

Além disso, a trajetória de Antonieta nos indica um conjunto de condições que favoreceram sua projeção política. Aqui destacamos que sua atuação prévia em espaços de organização coletiva, como o movimento estudantil e o magistério, sua inserção no campo intelectual como jornalista e escritora, assim como sua proximidade com setores influentes do *PLC*, especialmente o grupo político ligado à família Ramos, configuraram elementos decisivos para sua legitimação como candidata. Soma-se a isso o fato de ser uma professora reconhecida, proprietária de escola e figura pública atuante na defesa da educação e das pautas femininas, o que lhe conferia visibilidade em uma sociedade ainda fortemente marcada por hierarquias de gênero, raça e classe. De tal maneira, sua atuação nesses espaços não implica em afirmar que estava livre de misoginia e racismo, por exemplo.

Sua candidatura também se insere no contexto do movimento sufragista brasileiro, sendo apresentada como uma forma de representação das mulheres catarinenses no espaço legislativo. Desse modo, ao aceitar a indicação do partido,

a catarinense assumiu publicamente o compromisso de defender pautas como a educação e os direitos do magistério, categoria majoritariamente feminina, além de se posicionar, ainda que de forma situada e estratégica, em relação às demandas feministas em circulação naquele período.

Importa, ainda, destacar que sua campanha eleitoral não esteve isenta de resistências em que setores conservadores da sociedade catarinense manifestaram oposição à presença feminina na política, e sua candidatura enfrentou críticas e protestos públicos. Ainda assim, Antonieta percorreu diferentes regiões do estado, participou de comícios e contou com o apoio de redes femininas, especialmente de professoras, consolidando uma campanha que, embora atravessada por conflitos, foi capaz de mobilizar um forte eleitorado (Romão 220-221).

Tornou-se, assim, a primeira mulher negra a ocupar esse espaço no Brasil. Após a posse, presidiu as *Comissões de Educação e Cultura* e do *Estatuto do Funcionalismo Público na Assembleia Constituinte de Santa Catarina*, quando também apresentou a iniciativa de lei que criou o concurso público para o magistério. Entretanto, teve seu mandato interrompido devido à cassação imposta pela ditadura estadonovista, em 1937.

Posteriormente, com o encerramento do governo de Vargas, em 1947, foi lançada a sua candidatura para as eleições daquele ano pelo *Partido Social Democrático (PSD)*, antigo *Partido Liberal Catarinense (PLC)*, e em 1948, assumiu seu segundo mandato como deputada estadual, integrando as *Comissões de Educação e Saúde* e de *Orçamentos e Contas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina*. Nesse período, apresentou o projeto de lei que instituiu o *Dia do(a) Professor(a)*, propôs a criação da *Escola Profissional Feminina* e apresentou ainda um projeto para a fundação de ginásios escolares, “como política pública para a ampliação dos anos de estudos das camadas mais pobres” (Romão 342). Em 1951, aposentou-se do magistério público e, em 28 de março de 1952, faleceu por complicações decorrentes do diabetes, em Florianópolis.

Nesse sentido, vemos que, enquanto educadora, jornalista e parlamentar, Antonieta de Barros dedicou sua vida à luta contra as desigualdades sociais, deixando um legado que permanece na memória coletiva daqueles que

encontram em sua vida e obra inspiração para uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao mesmo tempo, como mulher negra e de origem popular, sua escrita reflete os obstáculos produzidos pelo racismo estrutural e pelo patriarcado, que restringiam o acesso de pessoas negras e mulheres aos espaços de prestígio e poder. Nessa perspectiva, à luz do pensamento interseccional, compreendemos que “a avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, nos revela quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (Akotirene 29). Em consonância com as observações de Daiana da Silva e Christiane dos Santos Luciano (2022), segundo as quais “mulheres negras em suas singularidades, mesmo que atravessadas por diversas opressões, ao longo da história de resistência da população negra, foram movidas por suas experiências de re-existência, de driblar as desigualdades históricas, econômicas e sociais” (285), compreendemos a trajetória de Antonieta de Barros como parte desse movimento de resistência.

Assim, Antonieta não apenas questionou as desigualdades de seu tempo, mas também inscreveu suas experiências e reivindicações no espaço público, construindo outros futuros para si e para outras mulheres negras das classes populares, resistindo às exclusões e afirmando sua atuação como professora, escritora e política.

No que diz respeito às crônicas de Antonieta de Barros, identifica-se um conjunto de reflexões voltadas à crítica das desigualdades entre homens e mulheres, aspecto que será analisado a seguir.

3. As crônicas de Antonieta de Barros

Em seus escritos, a estratégia discursiva empregada por Antonieta de Barros indica a anuência com a construção e a articulação política pelos direitos das mulheres, o que pode ser compreendido, à luz dos estudos de gênero, como uma forma de questionamento as hierarquias historicamente construídas entre homens e mulheres. Para Jeruse Romão (2023), a autora,

tinha consciência de que o reconhecimento do lugar da mulher na sociedade brasileira e catarinense ainda era um desafio. Apesar de não ter assumido um

discurso radicalizado, entendia que o lugar que a mulher ocupava, no seu tempo, não expressava aquele que merecidamente deveria ocupar (206).

À vista disso, baseando-se na narrativa bíblica a respeito da criação do homem e da mulher, a crônica publicada em 12 de setembro de 1931 busca questionar a suposta supremacia masculina e a exclusão das mulheres dos processos civilizatórios e democráticos. Temos deste modo as seguintes provocações,

A criação do homem. A sua primazia na existência. Snra. CIVILIZAÇÃO. Os factos, séculos a dentro, confirmando o trabalho divino.

Quando Deus fez o mundo, achou, depois de muito trabalhar devia rematar sua obra dum modo mais elevado, soberbo, grandioso.

Foi, então que fez o homem, “a sua imagem e semelhança”;

Era a perfeição magna da obra divina, contudo não era o fim.

Depois do homem, para amenizar-lhe a existência no Paraíso (donde se reduz a vida é, na sua essência, fastidiosa, visto que, até no Eden, havia possibilidade da criatura enfadar-se) Deus criou a mulher, isto é, uma costela de Adão corporificada.

Assim rezam as noticias sobre o monumental trabalho do Grande Arquitecto.

Ao homem, portanto, é impossível negar-se, coube a primazia na existencia, mas, de modo nenhum, a exclusividade.

Depois de Adão, veio a Eva.

Rolaram séculos e séculos e, pela força do direito, ou pelo direito da força, Adão tem sido o monopolizador da soberania na vida.

Mas... Civilização, senhora acatadíssima e respeitável, depois de muita cousa interessante, pôs, no cartaz, a nivelção dos direitos de Adão e Eva (uma espécie de democracia) e a descoberta de inteligência feminina.

Dáí para cá, entre a barulhada do Jazz e Cia., Eva, numa guerra surda, mas perseverante, invade, em todos os pontos, os domínios masculinos e procura derrubar o poderio de Adão.

Roma e Cartago...

Grande tem sido a grita de um lado, e não menor o avanço do outro.

Todavia, analisando os factos, chega-se á conclusão de que, dentro da vida, os ciclos se succedem, inevitável e ininterruptamente.

E, se nada é novo sôbre a terra, o cartaz de Mme. Civilização indica apenas, a repetição, quando á ordem, do trabalho divino: até agora, a exclusividade; dagora em diante, tão somente, a primazia.

Maria da Ilha

República [Florianópolis, Brasil], sep. 12, 1931: 1.

Utilizando-se de refinada ironia, as provocações de Antonieta de Barros questionam a manutenção de uma ordem social hierárquica que, sob a perspectiva da categoria de gênero, evidencia relações de poder estruturadas entre masculino e feminino. Elizabete Maria Espíndola destaca que a escritora “discorda do sentido religioso que coloca o homem como criação perfeita, pelo fato de representar a imagem e semelhança de Deus, e a mulher apenas como um complemento ou distração para os momentos de tédio” (150), pois essa interpretação evidencia uma estrutura hierárquica de privilégio masculino. Sua crítica centra-se, portanto, na contradição existente entre os ideais de progresso científico e civilização, pois “carregava um falso discurso de inclusão das mulheres pela via democrática” (150).

Desse modo, em uma sociedade patriarcal que performava as desigualdades de gênero, o discurso de progresso não rompeu com o machismo e o patriarcalismo, já que tais discursos eram produzidos por homens e permeados por distinções de gênero. Na prática, impunha-se às mulheres a opressão, a exploração e a dominação que as subjugavam. Assim, a crítica de Antonieta de Barros, por meio do jornal *República*, propõe um novo discurso com vistas ao rompimento das desigualdades.

Ela investe em uma narrativa que parte do viés religioso, não para reforçar a suposta superioridade masculina, mas para criticá-la, apoiando-se no discurso bíblico como ferramenta para questionar as desigualdades entre homens e mulheres. *Afinal, se Deus teria feito a mulher da costela do homem para garantir a igualdade, onde ela estaria? Por que as mulheres seriam impedidas de ter a mesma liberdade que os homens?* Sua crítica também perpassa a desigualdade no campo intelectual entre homens e mulheres, que, em sua concepção, tem origem no atraso educacional imposto a elas, uma vez que o

acesso das mulheres ao ensino foi tardio e completamente generificado (Zaluski 2020).

Assim, na coluna de 6 de março de 1932, a catarinense reflete sobre a literatura feminina, que compreende como instrumento de educação e estímulo ao pensamento crítico. No entanto, esse aspecto é negligenciado quando se analisa a escrita literária das mulheres, frequentemente tida como superficial e excessivamente sentimental.

São os próprios homens que depois se riem da fala de cultura e do pieguismo da quase totalidade das mulheres.

Tudo é natural e o reflexo da falta de comedimento, com que escrevem os artífices da ideia.

A literatura chamada feminina é escassa, escassíssima.

E, além de minguada, ainda vem repleta de pieguismo, pieguices, e virgem, completamente virgem de ideias.

Literatura para convalescente.

Diante disto, fica se obrigada a ler baboseiras, ou ler pieguices, ou fazer, como aquele sujeito do Camilo - se não me engano: - abster-se de leitura e comer batatas, para o embrutecimento completo do espírito.

Não cabe, pois á Mulher a responsabilidade do seu fraquíssimo desenvolvimento cultural, mas a quem a fechou na muralha de preconceitos e lhes escreveu livros, quando as ideias, propriamente ditas, dormiam.

Enfronhado-se nesta leitura óca, fatalmente, conseqüentemente, logicamente, formarão o espírito ó sua imagem e semelhança.

República [Florianópolis, Brasil], mar. 6, 1932: 1.

Ao analisar o excerto, percebe-se que a autora responsabiliza a sociedade pelo deficitário nível educacional das mulheres, compreendido como resultado da falta de investimentos e dos preconceitos que as mantêm enclausuradas. Para Antonieta de Barros, os estudos e o ensino direcionados às mulheres são completamente distintos daqueles destinados aos homens. Para a escritora, “ficar-se obrigada a ler baboseiras ou ler pieguices” seria uma forma de limitar as mulheres e reforçar a suposta feminilidade como algo natural, atribuindo a elas tarefas como os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos, o marido, a casa, ou mesmo com o fantasioso romantismo. Assim, a literatura e a escrita produzidas por mulheres eram subjugadas e inferiorizadas.

Compreendemos, portanto, que, por mais que essas narrativas endereçadas às mulheres visassem reforçar as desigualdades entre os gêneros, também exibem conhecimento, compartilham ideias e saberes. Contudo, o que se questiona, segundo a crítica de Antonieta, é a limitação imposta às mulheres a esses espaços, o uso desses discursos para sustentar a ideia de que estariam predestinadas à serviência. Em um contexto social de que, como destaca Guacira Lopes Louro (2004),

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar da sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função formadora dos futuros cidadãos (373).

Diante do exposto, na publicação de 13 de março de 1932, a autora discute a importância do papel da mulher na formação moral e social dos indivíduos. Apesar de seu pensamento estar em consonância com a ideia de que “o magistério era visto como uma extensão da maternidade, o destino primordial da mulher” (Louro 377), fruto do processo de feminização da docência, defende que é por meio do acesso à cultura e da conquista de independência, pois, é através dos direitos políticos e sociais que as mulheres poderão se reconhecer como indivíduos plenos. Considera, ainda, que transitar das tarefas do espaço doméstico para as instituições de ensino possibilitaria muitas outras oportunidades, mostrando que a predestinação ao espaço privado não era um destino imutável.

Dessa forma, Antonieta infere que as mulheres precisam superar essa “inércia criminoso” e assumir um papel social mais ativo e consciente. Somente assim se alcançaria um verdadeiro progresso, pois “não era afeita à vinculação da figura da mulher às representações ilustrativas de enfeite para o universo

masculino, de realza do lar ou, ainda, associando-as a temperamentos dóceis ou posturas submissas” (Romão 205). Logo, a educação escolar das meninas e mulheres, conforme defendida por Antonieta de Barros, para além da crítica do reforço das distinções desiguais de gênero, contribuiria de, ao menos, duas grandes formas: primeiro, ao permitir que as mulheres pudessem usufruir de outros espaços, posições e profissões; e segundo, ao ampliar sua noção de mundo, promovendo uma educação de caráter libertador. Como podemos observar,

E, se dizemos entre as mulheres, é tão somente por serem elas, que no lar e na escola, lançam as pedras básicas, o alicerce da moral do indivíduo futuro.

São elas que amalgamam o caráter informe, modelam, ajeitam, retocam, infiltrando-lhe no espírito crédulo, dócil, ductil e cândido, as leis morais e sociais que, indeleveis, aí ficarão e pelas quais se dirigirá o homem, quando a evolução natural o atirar no mar encapelado da sociedade.

Tem feito muito a Mulher, levada pela sensibilidade natural por este quid divino que empresta às mães o dom da intuição.

Falta-lhe, porém, na quase totalidade dos casos, o conhecimento das agruras da vida e das mil e uma tempestades á que está sujeita a melhor das criaturas.

A alma feminina se tem deixado estagnar, por milhares de anos, numa inércia criminosa.

Enclausurada por preconceitos odiosos, destinada a uma ignorância ímpar, resignando-se santamente, candidamente, ao deus Destino e á sua congênere Fatalidade, a Mulher tem sido, de verdade, a mais sacrificada metade do gênero humano.

Tutelada tradicional, irresponsável pelos seus atos, boneca-bibelot de todos os tempos, não possui firmeza bastante para transmitir aos educandos, sentimentos que lhe dão o conhecimento plenos de todas as angústias, e passíveis casos, fruto do egoísmo humano, que o amor á Humanidade, manda abater [...], abater sempre, até o triunfo integral, o qual não é do que dispõe de mais força, mas de que melhor sabe terçar as armas.

República [Florianópolis, Brasil], mar. 13, 1932: 1.

Assim sendo, a escritora critica a histórica marginalização das mulheres, que permaneceram em estado de inércia e aprisionadas por convenções sociais que as impediram de se desenvolver como indivíduos autônomos. Mesmo que na época pequenos avanços tenham ocorrido, tal como sua conquista ao legislativo. Em consonância, nas publicações de 17 de julho de 1932 e 3 de setembro de 1933, a autora celebra os avanços da sociedade da época, como a conquista do direito

ao voto pelas mulheres no Brasil, a partir do Decreto n.º 21.076, de fevereiro de 1932, que instituiu o *Código Eleitoral*, e reflete sobre os obstáculos que ainda persistem para a ampla integração das mulheres nas esferas política e social.

As feministas brasileiras estão vencendo a última etapa, na campanha por que tanto se bateram: a conquista dos direitos políticos.

Não encontramos, na concessão do voto á Mulher, nada mais do que uma interpretação certa á letra da nossa Constituição de 91.

E, se êsse triunfo não nos deixou indiferente, sem sermos feminista, foi por ter le alcançado pela força do direito.

As conquistas sólidas dos Ideias são as que se fazem sôbre os alicerces da Razão, rompendo trevas, fazendo luz, com tato, sem as discórdias que enfraquecem, sem os interesses subalternos que amesquisam e aviltam

República [Florianópolis, Brasil], jul. 17, 1932: 1.

Nesse sentido, o pensamento de Antonieta alinha-se à ideia com base nas observações de June Edith Hahner (1981), de que “a supressão dos direitos da mulher traria prejuízos à nação, retardando o progresso geral” (118). Sendo que, com a elaboração de um manifesto que se assemelha a uma “*Declaração dos Direitos da Mulher*”, pela *Federação Brasileira* para o Progresso Feminino, em maio de 1928, “tornou-se claro que os direitos políticos não eram meros privilégios a serem transmitidos por capricho daqueles que estavam no poder, mas sim direitos inalienáveis, cuja negação representava uma grave injustiça à mulher brasileira” (Hahner 118).

Além disso, Antonieta expressa preocupação com o acesso reduzido das mulheres catarinenses ao ensino superior. A escritora critica o fato de que o *Curso Normal*, voltado à formação de professoras, era a única opção disponível para muitas delas, e que o Ginásio não permitia a matrícula de mulheres, impedindo-as de prosseguir nos estudos. Para Antonieta, “tais limites ocorriam [...] pelo fato de esses serem espaços masculinos e elitizados, fundados por governos anteriores. Disso decorria um claro limite ao acesso à educação pelas mulheres, bem como por sujeitos oriundos das classes populares” (Espíndola 162).

Há, por todo êste Brasil, horizontes sem fim, em perspectiva, diante das capacidades femininas.

A Mulher avança, a passos rápidos, na conquista de todos os direitos, embora a sua pretensão á política representasse um fragoroso fracasso de estréia.

Foi o comêço e todo o comêço é árido.

A evolução natural dos povos tinha de derrubar e arrastar, diante de si, a muralha gigantesca das convenções que espíritos amantes do tradicionalismo queriam á viva força conservar.

Na derrota feminina nas eleições para a Constituinte, não vimos, como disse grande escritor patricio, a maldade das mulheres para com as mulheres, mas, simplesmente, o que temíamos - a falta de independencia moral em que, sempre, se acorrentou o sexo fraco.

Os frutos da Rotina não se despedaçam com simples golpes da audácia.

São precisas marteladas infinitas, dissabores sem conta, para que se vislumbre um raio de luz, em tão intensa treva.

...

Enquanto as moças dos outros Estados conseguem, facilmente, todos os seus desejos relativos á instrução, as catarinenses são enclausuradas dentro da pequenina cultura dum Curso Normal que não lhes dá mais regalias senão a de serem professoras.

Os preparatorios ginasiais tornaram se, hoje, a chave para o ingresso em todos os estabelecimentos superiores de cultura artistica ou não.

As moças catarinenses, a não ser as que dispuserem de grandes recursos financeiros, estão impossibilitadas de se aparelharem para as grandes conquistas.

O nosso Ginásio não permite que o sexo fraco frquente as aulas.

E não se cogita de regularizar esta situação

República [Florianópolis, Brasil], sep. 3, 1933: 1.

Entretanto, ao referir-se às mulheres, a autora utiliza a expressão “sexo fraco”, termo carregado de estereótipos que sugere fragilidade, inferioridade ou dependência em relação aos homens. Trata-se de uma concepção enraizada em estruturas patriarcais e frequentemente mobilizada para legitimar relações de dominação e controle sobre as mulheres. Segundo Pierre Bourdieu (2014), tais desigualdades são socialmente produzidas por meio de associações generificadas que vinculam força, autoridade e poder aos homens, enquanto atribuem às mulheres características como fragilidade, doçura e submissão. Para o autor, “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (24). Nesse contexto, embora Antonieta de Barros reproduza uma expressão amplamente difundida em sua época, seus escritos tensionam os significados tradicionalmente atribuídos às mulheres ao defender sua participação na vida pública, na educação e no

trabalho. Dessa forma, contribui para questionar a ideia de uma suposta “fraqueza” feminina, compreendida aqui como resultado de uma construção social que concebe a mulher como o Outro e como “inessencial” em relação ao homem, elevado à condição de sujeito universal. Assim, o emprego do termo evidencia as ambiguidades presentes em seu discurso, pois, ao mesmo tempo em que reproduz categorias de seu contexto histórico, também contribui para desestabilizar os limites impostos às mulheres e ampliar as possibilidades de sua atuação social e política.

Diante disso, na crônica de 15 de abril de 1934, Antonieta discute a importância das mulheres no processo de desenvolvimento da sociedade, criticando a resistência às mudanças e a visão tradicional que mantém as mulheres à margem social. A autora defende que a evolução é inevitável e que as mulheres devem ser reconhecidas como seres essenciais e autônomos, reforçando, ainda, a necessidade do “reconhecimento do direito ao pensamento, à reflexão, à tomada de decisão, ao desenvolvimento do cérebro feminino e à inteligência, deixando de estar à margem ou à sombra dos homens” (Fontão 176). Dessa forma, a partir da análise da publicação, infere-se que a catarinense advogava pela emancipação feminina, apontando a necessidade de as mulheres assumirem-se como agentes sociais, recusando-se a aceitar a passividade e a dependência.

Acorde-nos, então, á mente a pergunta que deve existir em todo cérebro feminino, neste momento:

Que seremos nós, as Mulheres? Irracionais ou domesticadas?

Porque essa questão de inteligências e aptidões femininas, ora em foco, se resume, digamos de passagem, em classificar a Mulher entre as criaturas superiores ou entre irracionais.

Se ela é um ser superior, tem o direito líquido de agir, pensar, trabalhar, ser indivíduo.

Se não é superior, que se contente em viver á sombra, na cômoda, mas degradante situação de parasita, pois que a decantada maternidade é missão e não profissão.

Não somos feminista, se se entende por feminismo a aspiração política, cigarro á bôca, etc.

Daí não nos poderem julgar despeitada.

A Mulher teve, até há pouco, as regalias de bibelô caro, de qualquer coisa quebradiça e de alto preço, para a qual todos tinham olhares, sorrisos, gestos e atitudes protetorais.

E isso está agonizante e querem reviver.
Foi a êsse ridículo que roubaram a Mulher.
Não discutimos direitos. Apontamos necessidades, a cousa única que tem poderes
discricionários sôbre todos os seres.
Se a evolução mental do nosso povo não aceita, ainda, a Mulher, como indivíduo,
não lhe pode negar a necessidade, que tem todo vivente, de comer.
Os irracionais trabalham, lutam para a conquista do seu alimento. E a Mulher?
(Porque tudo não se resume no vestido, como, erroneamente, se pensa.)
Inferior aos próprios irracionais, domestica e domesticada, se contentará,
eternamente,
em constituir a mais sacrificada metade do gênero humano?
Maria da Ilha
República [Florianópolis, Brasil], abr. 15, 1934: 1.

Por fim, entre os discursos selecionados para este texto, destaca-se a crônica de 15 de abril de 1934, na qual a escritora reforça sua crítica à condição social da mulher da época, denunciando a opressão estrutural à qual ela estava sujeita, bem como a negação de sua individualidade e autonomia. Para Antonieta de Barros, a sociedade em questão não apenas negava à mulher a condição de indivíduo pleno, como também a instruía a conformar-se com um papel de serviência. Diante disso, a autora questiona a passividade imposta às mulheres, invocando a necessidade de conscientização e de luta por igualdade de direitos, um tema para o qual acreditava não haver espaço para a indiferença, sendo essencial para assegurar a emancipação feminina.

4. Considerações finais

Utilizando-se de crônicas escritas e publicadas por Antonieta de Barros no jornal catarinense *República*, entre os anos de 1931 e 1934, o presente texto analisou a forma como a autora fez uso do espaço de privilégio que ocupava como jornalista para questionar as normas e os estereótipos de gênero vigentes à época, tecendo críticas às desigualdades sociopolíticas entre homens e mulheres.

Desse modo, destaca-se que os discursos selecionados para este estudo dialogam com sua trajetória, à medida que refletem os caminhos que percorreu até tornar-se professora, escritora e política diante de suas marcações como mulher negra e pobre. Esses caminhos são compreendidos como reflexos de uma vida dedicada à luta pela educação e à consciência do que a condição de mulher

simbolizava, especialmente por ter suas experiências atravessadas por opressões como o racismo e o patriarcalismo.

Nesse sentido, Antonieta assume um papel ativo na defesa da conquista de direitos pelas mulheres, compreendendo que o acesso à educação, o direito ao voto e a inserção no mercado de trabalho são ferramentas essenciais para a emancipação feminina, uma vez que rompem com uma estrutura social hierárquica de privilégio masculino, que objetivava manter as mulheres em estado de inércia, aprisionadas por convenções sociais que as impediam de desenvolver sua individualidade e autonomia.

Assim, a partir do entendimento de que “os meios de comunicação de massa são parte constitutiva dos fenômenos sociais que marcam as memórias sociais e as narrativas históricas contemporâneas, ao assumir papel de destaque na formação dos códigos que constituem as culturas políticas” (Arend e Lohn 11), destaca-se que Antonieta de Barros, por meio de sua atuação intelectual, contribuiu para ampliar as possibilidades de participação das mulheres, especialmente das mulheres negras, nos espaços da educação, do jornalismo e da política. Ao ser pioneira, sua trajetória demarca a abertura e o tensionamento de estruturas sociais historicamente excludentes e rígidas, exigindo novas configurações da cultura política que levem em consideração a atuação de mulheres negras nos espaços que ela rompeu ao tornar-se a primeira a ocupá-los, mas, ao longo do tempo, não a única, pois suas mobilizações contribuíram para instituir outros futuros.

Entretanto, quando analisado à luz da categoria de gênero, o discurso de Antonieta de Barros revela tensões e, por vezes, reproduz ideias conservadoras que reforçam normas e estereótipos de gênero, contribuindo para a manutenção de estruturas patriarcais. Ainda assim, sua atuação como mulher negra, professora, escritora e deputada desestabiliza a ordem social de seu tempo e amplia as possibilidades de participação feminina nos espaços de poder. Assumir essas tensões é parte do próprio ofício do(a) historiador(a), que não deve reduzir sujeitos históricos a narrativas heroizantes nem a leituras anacrônicas, mas compreender os limites, as possibilidades e as estratégias de atuação em seu

contexto. Assim, explorar tais contradições não implica desqualificar sua trajetória, ao contrário, permite aprofundar sua compreensão histórica.

Desse modo, o pensamento e a atuação de Antonieta de Barros não podem ser reduzidos a essas ambiguidades, uma vez que se inserem em um contexto marcado pelas primeiras mobilizações das mulheres enquanto movimento social, assim como pela pluralidade de suas pautas. À vista disso, sua trajetória evidencia a resistência de uma mulher negra em uma sociedade estruturada pelo patriarcado e pelo racismo, cujos efeitos permanecem presentes na contemporaneidade. ♦

Obras citadas

Fontes

República [Florianópolis, Brasil], sep. 12, 1931.

República [Florianópolis, Brasil], mar. 6, 1932.

República [Florianópolis, Brasil], mar. 13, 1932.

República [Florianópolis, Brasil], jul. 17, 1932.

República [Florianópolis, Brasil], sep. 3, 1933.

República [Florianópolis, Brasil], abr. 15, 1934.

Referências

Akotirene, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro / Pólen, 2019.

Arend, Silvia Maria Fávero, e Reinaldo Lindolfo Lohn. “Introdução”. *Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980)*, organizado por Silvia Maria Fávero Arend, Curitiba: CRV, 2014, pp. 11-17.

Barros, José D'Assunção. “Revolução digital, sociedade digital e História”. *História digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*, organizado por José D'Assunção Barros, Petrópolis: Vozes, 2022, pp. 10-50.

Bento, Berenice. “Gênero: uma categoria útil de análise?”. *Revista de História Comparada*, vol. 16, n.º 1, 2022, pp. 15-50. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10101295.pdf>

Berstein, Serge. «Os partidos». In: Rémond, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 57-98.

---. «A cultura política». In: Rioux, Jean Pierre; Sirinelli, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. 1. ed. Lisboa: Estampa, 1988, pp. 349-363.

- Bourdieu, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Traduzido por Maria Helena Kühner, Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- Collins, Patricia Hill, e Sirma Bilge. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- Corrêa, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas: a Revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.
- Da Silva, Daiana, e Christiane dos Santos Luciano. “Antonieta de Barros e a educação como estratégia antirracista”. *Lutas Sociais*, vol. 26, n.º 49, 2022, pp. 284-296. <https://doi.org/10.23925/lv26i49.62431>
- De Luca, Tania Regina. “Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos”. *Fontes históricas*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky, São Paulo: Contexto, 2010, pp. 111-153.
- De Mendonça, Sônia Regina. “As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização”. *História geral do Brasil*, organizado por Maria Yedda Linhares, 10.ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, pp. 490-527.
- Espíndola, Elizabete Maria. *Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX*. 2015. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, tese de doutorado.
- Fausto, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Ferreira, Marieta de Moraes, e Surama Conde Sá Pinto. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930: Primeira República (1889-1930)*, organizado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, 2.ª ed. rev. e atual, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, pp. 373-402. Vol. 1 da coleção *O Brasil Republicano*.
- Fontão, Luciene. *Nos passos de Antonieta: escrever uma vida*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- Gomes, Angela de Castro. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*, organizado por Martha Abreu et al., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 43-64.
- Hahner, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Louro, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore e coordenado por Carla Bassanezi, São Paulo: Contexto, 2004, pp. 441-481.
- Lucchesi, Anita. “Por um debate sobre história e historiografia digital”. *Boletim Historiar*, n.º 2, 2014, pp. 45-57. <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/2127>

- Lunardi, Emy Francielli. *Batalha de discursos: o advento republicano e a (re)construção da política catarinense nos jornais partidários (1889-1898)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- Pandolfi, Dulce Chaves. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*, organizado por Jorge Ferreira e Lucília Almeida Neves Delgado, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, pp. 12-37. Vol. 2 da coleção *O Brasil Republicano*.
- Romão, Jeruse. *Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*. Florianópolis: Cruz e Sousa, 2023.
- Schwarcz, Lília Moritz, e Heloisa Murgel Starling. “Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil moderno”. *Brasil: uma biografia*, 2.^a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 351-385.
- Scott, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, vol. 20, n.º 2, 1995, pp. 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Zaluski, Jorge Luiz. “Entre a infância e a vida adulta: as fases da vida nas legislações educacionais em contexto de ditadura militar”. *Confluenze: Rivista di Studi Iberoamericani*, vol. 13, n.º 2, 2021, pp. 53-78. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13411>
- . “Subjetividades de um ensino: marcações de gênero na educação escolar (1970-1980)”. *Revista Educação em Questão*, vol. 58, n.º 57, 2020, pp. 1-25. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n57ID20985>
- . *Mulheres e a educação: a formação para donas de casa em uma escola moderna (Guarapuava 1971-1983)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2016.
- Zanelatto, João Henrique. *Imprensa e poder em Santa Catarina na segunda república*. Curitiba: CRV, 2022.